



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR  
DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR  
INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

**ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE TOMAR**

**LICENCIATURA EM GESTÃO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS**

**DISCIPLINA DE NOÇÕES GERAIS DE DIREITO**

**CARGA HORÁRIA (3T + 1P) 2002/2003 1º ANO REGIME: ANUAL**

**DOCENTE: EQUIPARADO PROFESSOR COORDENADOR HORÁCIO LOPES**

### **A - PROGRAMA**

#### **I - PARTE**

#### **INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO**

#### **CAPITULO I – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS**

- 1 – Primeira ideia de Direito
- 2 – Leis Normativas e leis jurídicas
- 3 – Estrutura da norma jurídica
- 4 – Carácter necessário do Direito
- 5 – Importância dos fenómenos sociais
- 6 – As diferentes concepções de sociedade
- 7 – Sociologia
- 8 – Direito natural e direito positivo
- 9 – Direito objectivo e direito subjectivo
- 10 - Direito e Estado

#### **CAPITULO II – FONTES DE DIREITO**

- 1 – O problema das fontes do Direito
- 2 – As diferentes acepções de Lei
- 3 – A Lei como uma das fontes de direito positivo
- 4 – Lei material e lei formal
- 5 – Lei constitucional e lei ordinária
- 6 – Elaboração da lei
- 7 – Regulamentos
- 8 – Assentos
- 9 – Inexistência jurídica, invalidade e ineficácia da lei
- 10 – Cessação da vigência da lei

- 11 – Costume: Noção, requisitos, fundamentos da obrigatoriedade e espécies; problema da admissibilidade do costume como fonte do actual direito português
- 12 – Usos interpretativos e usos supletivos
- 13 – Prova dos usos e costumes
- 14 – Doutrina
- 15 – Jurisprudência
- 16 – Obrigatoriedade da norma jurídica
- 17 – Equidade

### **CAPITULO III – RAMOS DO DIREITO E CODIFICAÇÃO**

- 1 – Necessidade da divisão do direito em ramos
- 2 – Direito Internacional e Direito Interno
- 3 – Direito Internacional Privado
- 4 – Direito do Comércio Internacional
- 5 – Direito Público e Direito Privado
- 6 – Ramos do Direito Público e Ramos do Direito Privado
- 7 – Ramos mistos de Direito Público e de Direito Privado
- 8 – Ciências auxiliares do Direito
- 9 – Direito Comunitário
- 10 – A codificação: noção de Código; alguns aspectos históricos; o problema da conveniência da codificação; breve referência aos códigos portugueses do Sec. XIX
- 11 – O Código Civil de 1966: fontes, plano e alterações
- 12 – Outros códigos

### **CAPITULO IV – INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI**

- 1 – O problema da interpretação e integração da lei
- 2 – Interpretação da lei: conceito e necessidade
- 3 – Interpretação legislativa e interpretação literário-filológica
- 4 – A interpretação como técnica e como arte
- 5 – Interpretação doutrinal e interpretação autêntica
- 6 – Especialidades da interpretação autêntica
- 7 – Elementos da interpretação
- 8 – Espécies de interpretação quanto ao resultado
- 9 – Integração das lacunas da lei
- 10 – Subjectivismo e objectivismo na interpretação da lei
- 11 – Aplicação actualista da lei
- 12 – A Escola do Direito Livre

## **CAPITULO V – APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO**

- 1 – O princípio da irretroactividade da lei
- 2 – A teoria dos direitos adquiridos
- 3 – A teoria das situações jurídicas objectivas e subjectivas
- 4 – A teoria do facto passado
- 5 – A teoria das situações jurídicas de execução duradoura e das situações jurídicas de execução instantânea
- 6 – O art.º 8º do Código Civil de 1867
- 7 – Os artigos 12º e 13º do Código Civil de 1966
- 8 – Inconstitucionalidade de certas leis retroactivas

## **CAPITULO VI – APLICAÇÃO DA LEI NO ESPAÇO**

- 1 – Colocação do problema da aplicação da lei no espaço
- 2 – Linhas gerais da evolução do Direito Internacional Privado
- 3 – Estrutura e funcionamento das normas de Direito Internacional Privado
- 4 – Relações entre Direito Internacional Público e o Direito Internacional Privado
- 5 – Algumas directrizes gerais
- 6 – Principais regras do Direito Internacional Privado português

## **CAPITULO VII – ACTUAÇÃO EM COLABORAÇÃO COM A LEI**

- 1 – O interesse como base do Direito
- 2 – Solidariedade e conflito de interesses
- 3 – Heteronomia e autonomia

## **CAPITULO VIII – ACTUAÇÃO CONTRÁRIA À LEI**

- 1 – Acto ilícito; ilícito civil, penal e disciplinar
- 2 – Violação da norma jurídica: meios preventivos e meios repressivos. Meios compulsórios.

## **CAPITULO IX – REALIZAÇÃO COACTIVA DO DIREITO**

- 1 – A força ao serviço do Direito
- 2 – A Administração Pública na realização do Direito; noção e espécies de Polícia
- 3 – Formas de justiça: privada, pública e arbitral
- 4 – Organização dos tribunais
- 5 – Divisão judicial
- 6 – Competência dos tribunais judiciais
- 7 – Hierarquia judiciária
- 8 – O processo civil: modalidades quanto ao fim e quanto à forma. Referência aos procedimentos cautelares
- 9 – Tramitação geral do processo declarativo ordinário
- 10 – Processos de jurisdição contenciosa e processos de jurisdição voluntária

## **CAPITULO X – NORMAS JURÍDICAS**

- 1 – Caracteres das normas jurídicas
  - 1.1 – Bilateralidade
  - 1.2 – Generalidade
  - 1.3 – Imperatividade
  - 1.4 – Coercibilidade
  - 1.5 – Noção científica de direito objectivo
- 2 – Espécies de normas jurídicas
  - 2.1 – Generalidades
  - 2.2 – Normas autónomas e não autónomas
  - 2.3 – Normas interpretativas
  - 2.4 – Definições legais
  - 2.5 – Normas de recuvio ou de devolução
  - 2.6 – Normas de conflitos
  - 2.7 – Ficções jurídicas
  - 2.8 – Normas injunctivas e dispositivas
  - 2.9 – Normas preceptivas e proibitivas
  - 2.10 – Referências às normas permissivas
  - 2.11 – Normas gerais e especiais
  - 2.12 – Normas comuns e excepcionais
  - 2.13 – Normas determinadas e indeterminadas
  - 2.14 – Normas primárias e secundárias

## **CAPITULO XI – RELAÇÃO JURÍDICA**

- 1 – Generalidades
  - 1.1 – Conceito de relação jurídica
  - 1.2 – Relação jurídica simples e complexa
  - 1.3 – Elementos da relação jurídica
  - 1.4 – Estrutura interna e externa da relação jurídica
  - 1.5 – Localização das relações jurídicas na sistematização do Código Civil de 1966

- 2 – Sujeitos da relação jurídica
  - 2.1 – Personalidade e capacidade jurídica
    - 2.1.1 – Sujeito de direito. Personalidade jurídica
    - 2.1.2 – Capacidade de gozo ou capacidade de direitos
    - 2.1.3 – Capacidade de exercício de direitos
    - 2.1.4 – Incapacidade de exercício
    - 2.1.5 – Pessoas singulares e pessoas colectivas
  - 2.2 – Pessoas singulares
    - 2.2.1 – Começo da personalidade
    - 2.2.2 – Condição jurídica do nascituro
    - 2.2.3 – Extinção da personalidade
    - 2.2.4 – Conveniência
    - 2.2.5 – Morte presumida
  - 2.3 – Pessoas colectivas
    - 2.3.1 – Noção
    - 2.3.2 – Pessoas colectivas públicas e privadas
    - 2.3.3 – Pessoas colectivas públicas: territoriais e não territoriais
    - 2.3.4 – Contribuição do direito privado para o aparecimento e modelação de pessoas colectivas públicas
    - 2.3.5 – Pessoas colectivas privadas
- 3 – Objecto da relação jurídica
  - 3.1 – Objecto imediato e objecto mediato
  - 3.2 – Direitos sobre outras pessoas
  - 3.3 – Direitos sobre a própria pessoa
  - 3.4 – Direitos a um facto
  - 3.5 – Direitos sobre coisas (direitos reais)
  - 3.6 – Coisa corpórea
  - 3.7 – Objectos imateriais insusceptíveis de apropriação individual
  - 3.8 – Coisas incorpóreas
  - 3.9 – Direitos sobre direitos
  - 3.10 – Património
  - 3.11 – Patrimónios autónomos
  - 3.12 – Patrimónios colectivos
  - 3.13 – Universalidades
- 4 – Facto jurídico
  - 4.1 – Função do facto jurídico
  - 4.2 – Factos jurídicos e actos jurídicos
  - 4.3 – Actos lícitos e ilícitos
  - 4.4 – Negócio jurídico
  - 4.5 – Actos jurídicos não negociais
  - 4.6 – Negócios unilaterais e plurilaterais (contratos)
  - 4.7 – Declarações negociais receptícias e não receptícias
  - 4.8 – Contratos reais quanto à formação e quanto ao efeito
  - 4.9 – Elementos essenciais do contrato
  - 4.10 – Cláusulas acessórias dos contratos
  - 4.11 – Contratos sinalagmáticos e não sinalagmáticos
- 5 – Garantia (noção, remissão)

## **II PARTE**

### **DIREITO DAS OBRIGAÇÕES**

#### **CAPITULO I – PRELIMINARES**

- 1 – Obrigação: em sentido amplo, em sentido restrito e em sentido próprio; terminologia
- 2 – Os problemas da patrimonialidade da obrigação e da autonomia da obrigação
- 3 – O interesse do credor como fim da obrigação
- 4 – O princípio da boa fé
- 5 – Estrutura da obrigação
- 6 – Deveres acessórios
- 7 – Obrigação simples e obrigação complexa
- 8 – Posição contratual
- 9 – A obrigação como processo
- 10 – Distinção entre direitos de crédito e direitos reais
- 11 – Importância do direito das obrigações, localização deste no Código Civil

#### **CAPITULO II – ELEMENTOS DAS OBRIGAÇÕES**

- 1 – Sujeitos
- 2 – Objecto; modalidades e requisitos
- 3 – Facto jurídico
- 4 – Garantia
- 5 – Obrigações naturais

#### **CAPITULO III – FONTES DAS OBRIGAÇÕES**

- 1 – Conceito e espécies de fontes das obrigações
- 2 - Contratos
  - 2.1 – Conceito de contrato
  - 2.2 – Regulamentação legal dos contratos
  - 2.3 – Liberdade contratual
  - 2.4 – Formação do contrato
  - 2.5 – Culpa na formação de contrato
  - 2.6 – Efeitos do contrato
  - 2.7 – Espécies de contratos quanto à sua regulamentação
  - 2.8 – Contratos mistos
  - 2.9 – União de contratos
  - 2.10 – Espécies de contratos quanto ao seu modo de formação
  - 2.11 – Espécies de contratos quanto aos seus efeitos
  - 2.12 – Contrato-promessa
  - 2.13 – Pacto de preferência
  - 2.14 – Contrato a favor de terceiro
  - 2.15 – Contrato para pessoa a nomear

- 3 – Negócios unilaterais
  - 3.1 – Carácter excepcional da admissibilidade dos negócios unilaterais como fontes de obrigações
  - 3.2 – Promessa pública e concursos públicos
- 4 – Gestão de negócios
  - 4.1 – Conceito, justificação e requisitos da gestão de negócios
  - 4.2 – Relações a que dá origem a gestão de negócios
    - 4.2.1 – Obrigações do gestor
    - 4.2.2 – Obrigações do dono do negócio
    - 4.2.3 – Relações do dono do negócio com terceiros
- 5 – Enriquecimento sem causa
  - 5.1 – Conceito e requisitos do enriquecimento sem causa
  - 5.2 – Medida de restituição
  - 5.3 – Carácter subsidiário do enriquecimento sem causa como fonte de obrigação
  - 5.4 – Restituição do indevido
  - 5.5 – Prescrição do direito à restituição por enriquecimento
- 6 – Factos geradores de responsabilidade extraobrigacional
  - 6.1 – Noção de responsabilidade civil
  - 6.2 – Responsabilidade civil, responsabilidade criminal e responsabilidade disciplinar
  - 6.3 – Responsabilidade civil e enriquecimento sem causa
  - 6.4 – Responsabilidade obrigacional e extraobrigacional
  - 6.5 – Localização da responsabilidade civil no Código Civil

## **CAPITULO IV - MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES**

- 1 - Obrigações quanto aos sujeitos
  - 1.1 - Obrigações de sujeito determinado e de sujeito indeterminado
  - 1.2 - Obrigações singulares e plurais
  - 1.3. - Obrigações conjuntas
    - 1.3.1 - Noção e modalidades
    - 1.3.2 - Regime jurídico
  - 1.4 - Obrigações solidárias
    - 1.4.1 - Noção e modalidades
    - 1.4.2 - Efeitos
- 2 - Obrigações quanto ao objecto
  - 2.1. - Obrigações divisíveis e indivisíveis
    - 2.1.1 - Noção e modalidades
    - 2.1.2 - Regime jurídico
  - 2.2 - Obrigações genéricas
    - 2.2.1 - Noção
    - 2.2.2 - Determinação da prestação
    - 2.2.3 - Concentração da obrigação
    - 2.2.4 - A transferência da propriedade e o risco
  - 2.3 - Obrigações alternativas e com faculdade de alternativa
    - 2.3.1 - Noção
    - 2.3.2 - Escolha da prestação
    - 2.3.3 - Impossibilidade de uma ou de algumas das prestações

- 2.4. - Obrigações pecuniárias
  - 2.4.1 - Noção e modalidades
  - 2.4.2 - Obrigações de quantidade
  - 2.4.3 - Obrigações de moeda específica
  - 2.4.4 - Obrigações de moeda estrangeira
- 2.5 - Obrigações de juros
  - 2.5.1 - Noção e fontes
  - 2.5.2 - Regime jurídico
  - 2.5.3 - Anatocismo
- 2.6 - Obrigação de indemnização
  - 2.6.1 - Noção
  - 2.6.2 - Remissão
- 2.7 Obrigação de informação e de apresentação de coisas ou documentos
  - 2.7.1 - Obrigação de informação
  - 2.7.2 - Obrigação de apresentação de coisas ou documentos

## **CAPITULO V - TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES**

- 1 - Conceito e modalidades
- 2 - Cessão de créditos
  - 2.1 - Noção e admissibilidade
  - 2.2 - Efeitos
  - 2.3 - Aplicação das respectivas regras a outras figuras
- 3 - Subrogação
  - 3.1 - Noção e modalidades
  - 3.2 - Efeitos
  - 3.3 - Comparação com a cessão de créditos
- 4 - Transmissão singular de dívidas: a assunção de dívida
  - 4.1 - Noção e princípios básicos
  - 4.2 - Modalidades
  - 4.3 - Meios de defesa do transmissário. Transmissão de garantias e acessórios
- 5 - Cessão da posição contratual
  - 5.1 - Noção
  - 5.2 - Efeitos

## **CAPÍTULO VI - GARANTIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES**

- 1 - Noção
- 2 - Meios conservatórios da garantia patrimonial
  - 2.1 - Declaração de nulidade
  - 2.2 - Subrogação do credor ao devedor (noção, âmbito de aplicação, requisitos e efeitos)
  - 2.3 - Impugnação pauliana (noção., âmbito de aplicação, requisitos e efeitos)
  - 2.4 - Arresto



## CAPÍTULO VII - GARANTIAS ESPECIAIS DAS OBRIGAÇÕES

- 1 - Noção e modalidades
- 2 - prestação e caução
- 3 - Garantias pessoais
  - 3.1 - Fiança
    - 3.1.1 - Noção
    - 3.1.2 - Requisitos
    - 3.1.3 - Acessoriedade e subsidiariedade
    - 3.1.4 - Pluralidade de fiadores
    - 3.1.5 - Relação entre o credor e o fiador
    - 3.1.6 - Relações entre o devedor e o fiador
    - 3.1.7 - Extinção da fiança. A fiança para garantia de obrigação futura e a fiança do locatário
  - 3.2 - Subfiança
  - 3.3 - Mandato de crédito
- 4 - Garantias reais
  - 4.1 - Consignação de rendimentos
    - 4.1.1 - Noção e modalidades
    - 4.1.2 - Consignação voluntária
    - 4.1.3 - Consignação judicial
    - 4.1.4 - Extinção
  - 4.2 - Penhor
    - 4.2.1 - Noção, objecto e modalidades
    - 4.2.2 - Penhor de coisas
    - 4.2.3 - Penhor de direitos
    - 4.2.4 - Extinção
  - 4.3 - Hipoteca
    - 4.3.1 - Noção, objecto e modalidades
    - 4.3.2 - Hipotecas legais
    - 4.3.3 - Hipotecas judiciais
    - 4.3.4 - Hipotecas voluntárias
    - 4.3.5 - Redução da hipoteca. Transmissão dos bens hipotecados
    - 4.3.6 - Extinção
  - 4.4 - Privilégios creditórios
    - 4.4.1 - Noção
    - 4.4.2 - Modalidades
    - 4.4.3 - Efeitos
    - 4.4.4 - Extinção
  - 4.5 - Direito de retenção
    - 4.5.1 - Noção e admissibilidade
    - 4.5.2 - Regime jurídico
    - 4.5.3 - Extinção

## CAPITULO VIII – CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

- 1 – Princípios fundamentais: noção, natureza jurídica e pontualidade do cumprimento
- 2 - Conteúdo do cumprimento
  - 1.6 – Objecto do cumprimento
  - 1.7 – Cumprimento integral
  - 1.8 – cumprimento em prestações
  - 1.9 – Imputação do cumprimento
- 3 – Autoria do cumprimento
  - 3.1 – Legitimidade para cumprir
  - 3.2 – Cumprimento por terceiro: admissibilidade e efeitos
  - 3.3 – Capacidade para cumprir
- 4 – Destinatário do cumprimento
  - 4.1 – Legitimidade para receber a prestação
  - 4.2 – Prestação feita a credor a parente ou prestativo
  - 4.3 – Prestação feita a credor incapaz
- 5 – Tempo de cumprimento
  - 5.1 – Espécie de obrigações quanto ao momento do cumprimento
  - 5.2 – Conceito e modalidades do prazo
  - 5.3 – Fixação do prazo
  - 5.4 – Exigibilidade da obrigação durante o prazo
  - 5.5 – Imprescritibilidade da obrigação durante o prazo
  - 5.6 – Validade do cumprimento antecipado
  - 5.7 – Beneficiário do prazo
  - 5.8 – Vencimento da obrigação
  - 5.9 – Conceito e espécies de interpretação
  - 5.10 – Ideia geral sobre a necessidade ou desnecessidade de interpelação; vencimento independente de interpelação e vencimento mediante interpelação
  - 5.11 – Perda de benefício do prazo
  - 5.12 – Processos especiais de recuperação de empresa e de falência
  - 5.13 – Exigibilidade antecipada
  - 5.14 – Vencimento automático antecipado
- 6 – Lugar do cumprimento
  - 6.1 – Necessidade de determinação do lugar do cumprimento
  - 6.2 – Regras de determinação do lugar do cumprimento
- 7 – Cumprimento com sub-rogação
  - 7.1 – Conceito, vantagens, casos, natureza e efeitos da sub-rogação
  - 7.2 – Sub-rogação parcial
- 8 – Outros aspectos do cumprimento
  - 8.1 – Eficácia, despesas e prova do cumprimento
  - 8.2 – Direito à restituição do título ou à menção do cumprimento
  - 8.3 – Pretensões de cumprimento

## CAPITULO IX – NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

- 1 – Modalidades de não cumprimento
  - 1.1 – O problema geral da inexecução da obrigação
  - 1.2 – Não realização temporária e não realização definitiva da prestação
  - 1.3 – Modalidades de incumprimento temporário da prestação
    - 1.3.1 – Mora do devedor (conceito, efeitos, extinção e atraso do devedor equiparável a impossibilidade de cumprimento)
    - 1.3.2 – Mora do credor (conceito, efeitos e extinção)
    - 1.3.3 – Casual (conceito e efeitos)
  - 1.4 – Incumprimento definitivo da prestação (conceito e modalidades)
- 2 – Noção e elementos da responsabilidade obrigacional
  - 2.1 – Colocação do problema
  - 2.2 – Responsabilidade obrigacional e extraobrigacional
  - 2.3 – Elementos da responsabilidade obrigacional
  - 2.4 – O problema da prova
- 3 – Inexecução da obrigação
  - 3.1 – Modalidades de inexecução da obrigação; o caso particular da execução defeituosa
  - 3.2 – Acepções da fórmula não cumprimento
  - 3.3 – Exclusão da ilicitude
- 4 – Culpa
  - 4.1 – Noção e modalidades de culpa
  - 4.2 – Rolo
  - 4.3 – Culpa
  - 4.4 – Apreciação da culpa
  - 4.5 – Graduação da culpa
  - 4.6 – Culpa no não cumprimento e culpa na impossibilidade de cumprimento
  - 4.7 – Modalidades de impossibilidade da prestação
  - 4.8 – Impossibilidade da prestação, dificuldade da prestação e alteração das circunstâncias
- 5 – Prejuízo
  - 5.1 – Necessidade de prejuízo
  - 5.2 – Noção de prejuízo
  - 5.3 – Prejuízo concreto e abstracto
  - 5.4 – Danos emergentes e lucros cessantes
  - 5.5 – Danos não patrimoniais
  - 5.6 – Avaliação dos danos
  - 5.7 – Indemnização sob a forma de renda
- 6 – Causalidade
  - 6.1- Necessidade da exigência de nexos causal entre a inexecução da obrigação e os prejuízos
  - 6.2 – Teoria da equivalência das condições
  - 6.3 – Teoria da causa próxima
  - 6.4 – Teoria da causa adequada
  - 6.5 – Solução legal
  - 6.6 – O problema da causa virtual

## 7 – Cláusulas sobre responsabilidade

### 7.1 – Cláusulas reguladoras da responsabilidade

#### 7.1.1 – cláusulas de limitações da responsabilidade

#### 7.1.2 – Cláusulas de agravamento da responsabilidade

#### 7.1.3 – Cláusula penal

#### 7.1.4 – Indemnização acrescida de pena

#### 7.1.5 – Medidas compulsatórias

## 8 – Especialidades dos contratos bilaterais

### 8.1 – O princípio da interdependência das obrigações

### 8.2 – Aplicações do princípio da interdependência das obrigações

#### 8.2.1 – Suspensão do contrato por inexecução

#### 8.2.2 – Resolução do contrato por inexecução

#### 8.2.3 – Caducidade do contrato por inexecução

### 8.3 – A problema do risco nos contratos bilaterais de alienação

## **CAPITULO X - CAUSAS DE EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS DO CUMPRIMENTO**

### 1 - Dação em cumprimento e dação em função do cumprimento

#### 1.1 Dação em cumprimento

#### 1.2 Dação em função do cumprimento

### 2 - Consignação em depósito

### 3 - Compensação

### 4 - Novação

### 5 - Remissão

### 6 - Confusão

## **B – REGIME DE AVALIAÇÃO**

Média não inferior a 10 valores nas duas frequências faculta a dispensa de exame, com a consequente aprovação, desde que a classificação em algumas daquelas seja, pelo menos, igual a 7 valores.

No exame escrito:

- A classificação inferior a 7 valores implica reprovação;
- A classificação compreendida entre 7 e 9 valores implica a prestação de prova oral;
- A classificação de, pelo menos, 10 valores faculta a dispensa de prova oral, com a consequente aprovação.

No exame oral, a aprovação depende da obtenção de classificação não inferior a 10 valores.

## C – BIBLIOGRAFIA

### RELATIVA À I PARTE

- ALMEIDA COSTA, “Noções de Direito Civil”, 3º ed., 1991, Almedina  
CASTRO MENDES, “Introdução ao Estado do Direito”, edição revista por Miguel Teixeira de Sousa, 1994, Lisboa  
DIAS MARQUES, “Noções Elementares de Direito Civil”, 5º ed., 1973  
GALVÃO TELLES, “Introdução ao Estudo do Direito”, Vol. I, 11º ed., e Vol. II, 10ª ed., Coimbra Editora  
GONÇALVES PROENÇA, “Introdução ao Estudo do Direito”, 1995, Universidade Lusíada, Lisboa  
M. REBELO DE SOUSA, “Introdução ao Estudo do Direito”, 4º ed., 1998, Mem Martins  
PAULO OTERO, “Lições de Introdução ao Estudo do Direito”, Vol. I, tomo 1º, 1998, e tomo 2º, 1999  
FERNANDO J. BRONZE, “Lições de introdução ao Direito”, Coimbra Editora, 2002  
SANTOS JUSTO, “Introdução ao Estudo do Direito”, Coimbra Editora, 2001  
NUNO SÁ GOMES, “Introdução ao Estudo do Direito”, IUS, 2001

### RELATIVA À II PARTE

- ALMEIDA COSTA, “Direito das Obrigações”. 9º ed., Almedina, 2001  
DIAS MARQUES, “Noções Elementares de Direito Civil”, 7º ed., 1992  
GALVÃO TELLES, “Direito das Obrigações”, 7º ed., Coimbra Editora  
MENEZES CORDEIRO, “Direito das Obrigações”, Vols. I e II, 1980, 8 Vol. III, 2ª ed., 1991  
PESSOA JORGE, “Lições de Direito das Obrigações”, Vols. I e II, 1967-1969  
“Direito das Obrigações”, 1975-1976, ed. Fotocopiada.  
RUI ALARCÃO, “Direito das Obrigações”, Coimbra, 1983  
LUIS M. MENEZES LEITÃO, “Direito das Obrigações”, Vol. I e II, Almedina, 2002

